

RECURSO ESPECIAL Nº 1.529.415 - RS (2015/0099501-9)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**
RECORRIDO : **ARSENIO JOSE BACK**
RECORRIDO : **TERESINHA BACK**
ADVOGADO : **REMIAN ELIANDRO LEHNHARD - RS060701**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 534):

REINTEGRAÇÃO DE POSSE. PROJETO DE ASSENTAMENTO GIRUÁ III. TRANSFERÊNCIA DO LOTE A TERCEIRO SEM PARTICIPAÇÃO DO INCRA. BOA-FÉ DOS POSSUIDORES. CONTRAPOSIÇÃO DE PEDIDO. POSSIBILIDADE DE REGULARIZAÇÃO DA POSSE. APLICAÇÃO DO ART. 189 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

O fato de não ter transcorrido mais de 10 anos entre a data da emissão do contrato de assentamento originário e a ocupação do imóvel pelos réus não é, por si só, empecilho para a manutenção dos ocupantes no imóvel destinado para fins de reforma agrária.

Comprovada a boa-fé dos atuais possuidores (após a transferência da posse sem participação do INCRA) e considerando que eles tem mantido a exploração da terra nos termos almejados pelo projeto de assentamento, resulta que está sendo cumprida a função social exigida pela Carta Magna e justifica a manutenção desses ocupantes na posse.

Hipótese em que é possível a regularização da posse (pedido contraposto) com base na previsão do art. 189 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, instrumentos que asseguram o acesso à terra.

Opostos embargos declaratórios, foram parcialmente acolhidos, para fins de prequestionamento.

A parte recorrente aponta violação aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, da CF;

475, I, e 535, II, do CPC/73; 21 e 22 da Lei n. 8.629/93; e 77 do Decreto n. 59.428/66.

Sustenta que: (I) o Tribunal de origem não se manifestou sobre questões relevantes para o deslinde da controvérsia; (II) é devida a reintegração de posse do imóvel objeto de concessão para assentamento rural, tendo em vista que a cessão do uso do imóvel se deu sem a anuência da autarquia recorrente. Acrescenta que outros interessados aguardam o recebimento do lote para assentamento, não podendo ser preteridos pelos ora recorridos.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso especial, nos termos assim resumidos (fl. 623):

RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. PROJETO DE ASSENTAMENTO. ALEGADA VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. TRANSFERÊNCIA DO LOTE SEM ANUÊNCIA DO INCRA. BOA-FÉ. NECESSÁRIA A REGULARIZAÇÃO DA POSSE. OCUPAÇÃO QUE CUMPRE A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA REFORMA AGRÁRIA. DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA. PROGRESSO SOCIAL EVIDENCIADO. MANUTENÇÃO DOS OCUPANTES.

- Parecer pelo não conhecimento do recurso.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Feita essa observação, verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Em recurso especial não cabe invocar violação a norma constitucional, razão pela qual o presente apelo não pode ser conhecido relativamente à apontada ofensa aos arts. 5º, XXXV, LIV e LV, da Constituição Federal.

Com relação ao art. 475, I, do CPC/73, cumpre registrar que a mera indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que haja demonstração clara e objetiva de como o acórdão recorrido teria malferido a legislação federal, não enseja a abertura da via especial, devendo a parte recorrente demonstrar os motivos de sua insurgência, o que não ocorreu no caso em exame. Desse modo, a deficiência na fundamentação recursal inviabiliza a abertura da instância especial e atrai a incidência, por simetria, do disposto na Súmula 284/STF, segundo a qual é *“inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.”*. Para ilustrar, sobressaem os seguintes precedentes: **AgRg no AREsp 83.629/DF**, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 3/4/2012; **AgRg no AREsp 80.124/PB**, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 25/5/2012.

Por outro lado, ao rejeitar o pleito de reintegração de posse, a Corte regional adotou os seguintes fundamentos (fls. 530/532):

No caso dos autos, observando a documentação relativa ao processo administrativo, instaurado para apuração de irregularidade no lote 02, do Projeto de Assentamento Giruá III, constata-se que o lote destinado ao Sr. José Pauwels foi transferido para terceiros (Sr. Arsênio José Back e Terezinha Back), sem o conhecimento do INCRA.

Pontualmente, em relação à data da transferência do imóvel ao Sr. Arsênio José Back e família, pelo que consta no Relatório Circunstanciado (cópia no evento 01, PROCADM2, p. 03) e no Laudo de Vistoria (evento 01 - PROCADM2, p. 04), ocorreu em agosto de 2007. Assim, tenho o mês de agosto de 2007 como marco da posse dos réus.

Constato, outrossim, que o Contrato de Assentamento originário (cópia no evento 01, PROCADM2, pp. 07/08) foi firmado pelo beneficiário Arsênio José Back em 05/07/2001.

Ou seja, quando ajuizada a presente ação de reintegração de posse (14/09/2011) já haviam passados mais de 10 anos da concessão originária da terra, embora a transferência ao réu, que o INCRA aponta como sendo irregular, já tivesse ocorrido antes deste prazo.

Nesta demanda, o INCRA (petição do evento 59) informa a impossibilidade de regularizar a situação dos autos, mesmo tendo por base o disposto na Instrução Normativa de nº 71/2012, da Presidência do INCRA, que foi expedida com o intuito de regularizar as ocupações irregulares em projetos de assentamento de reforma agrária, ao argumento de que os réus não preenchem todos requisitos inseridos no art. 14.

O art. 14 da Instrução Normativa nº 71/2012 dispõe o seguinte:

(...)

No caso, não transcorreu mais de 10 anos entre a data da emissão do contrato de assentamento originário e a ocupação do imóvel pelos réus, pois aquele foi firmado em 05/07/2001 (cópia no evento 01, PROCADM2, pp. 07/08), enquanto que a ocupação ocorreu em agosto de 2007 (Relatório Circunstanciado - evento 01, PROCADM2, p. 03, e no Laudo de Vistoria - evento 01 - PROCADM2, p. 04). Neste ponto, o INCRA apontou o seguinte na petição do evento 59: foi realizada reunião da Direção da Superintendência Regional do INCRA no Rio Grande do Sul - SR11, em 19/06/2012, na qual se concluiu pela inviabilidade de aplicação da nova norma (IN 71/2012) aos processos em trâmite, tampouco àqueles ainda não ajuizados, mas em que haja trânsito em julgado administrativo, conforme correspondência eletrônica anexa'.

Não obstante, ao menos judicialmente, tenho que este parâmetro, por si só, não pode ser empecilho para a manutenção dos ocupantes no imóvel destinado para fins de reforma agrária. E neste ponto, concordo com o Parecer emitido nos autos do Processo Administrativo nº 54220.002823/2008-70, pela Procuradora Federal do INCRA (Luciana Job) e acostado nos autos do processo judicial de REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO

POSSE

PROCED.ESP.JURISD.CONTENC.

Nº

5006778-54.2012.404.7105 (E-proc), ao opinar pela regularização da ocupação similar a realizada pelos réus desta demanda, quando diz o seguinte:

'A principal obrigação exigida pela legislação agrária, Estatuto da Terra e seu Decreto Regulador é de que o beneficiário de reforma agrária: SER O BENEFICIÁRIO AGRICULTOR E NÃO SER PROPRIETÁRIO DE TERRENO RURAL, Art. 64, inciso I, alínea 'a', e, o sendo, é aplicável ainda o teor do art. 65, alínea 'c': 'aos agricultores cujas propriedades não alcancem a dimensão da propriedade familiar da região'. (Vide fl 43 onde consta carteira de sindicalizados rurais dos cônjuges e certidão de fl. 55 quanto à inexistência de outro imóvel). Portanto, evidencia-se que não se aplica automaticamente a IN do INCRA, até mesmo porque não poderá esta

norma hierarquicamente inferior ir contra as normas e princípios de uma Lei - Nº 4.504/64 - ESTATUTO DA TERRA e um Decreto - Nº 59.428/66, hierarquicamente superiores a um ato administrativo, mas, principalmente, contra os princípios constitucionais sobre o tema, que vão muito além dos artigos citados pela administração e pelo próprio ocupante, a começar pelos 04 primeiros artigos da CF de 1988 - que além de cláusulas pétreas, são princípios estruturantes da república democrática.

Há que se fazer aqui uma interpretação histórica e teleológica das normas, e não simplesmente aplicar uma Instrução Normativa de maneira positivista e restritiva, em desconformidade com o espírito que norteia a Reforma Agrária que é a de 'promover medida destinadas a melhorar a estrutura agrária do país e vincular à propriedade quem trabalha a terra agrícola, satisfazendo normas sócio-fundiárias que mais se ajustem à dignificação da pessoa humana' (art. 1º, caput, e incisos I e II do Decreto nº 59.428/66).

(...) Alerta esta procuradora que a desocupação, além de grave dano moral, uma vez que não esta comprovada a má-fé do ocupante antes sim uma presunção de boa fé, no caso concreto, efetivamente causará prejuízos materiais ao ocupante, face à compra de sementes, assinatura de cédulas de créditos bancários, etc, e assunção de dívidas. Ora, é publico e notório que aos Editais do INCRA com vistas à re-ocupação de lotes abandonados poucos ou ninguém a estes acorrem.'

Quanto à boa-fé dos réus, os documentos acostados com a contestação do evento 18 indicam que se tratam de agricultores de subsistência que ali vivem em situação consolidada por anos. Esta questão foi bem delineada pelo juízo de origem nos seguintes trechos da sentença:

(...)

Assim, entendo ser incontroverso nos autos a boa conduta dos réus no assentamento e a produtividade da área, o que autoriza a manutenção dos mesmos no lote objeto dos autos. Ainda, quanto ao fato da necessidade de inexistência de candidatos excedentes no projeto de assentamento interessados na parcela, tenho que no caso este não influencia no entendimento deste Juízo. Até porque, embora o INCRA informe a necessidade de cumprimento deste requisito, não apresentou prova da existência de relação de interessados em ocupar o lote requisitado. Além disso, a Procuradora Federal do INCRA, no PARECER AGU/PGE/PFE-INCRA/RS Nº 58/2012, acostado no evento 01 - PROCADM3, pp. 44/47, dos autos da ação de REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO

POSSE
PROCED.ESP.JURISD.CONTENC. *nº*

5006778-54.2012.404.7105 (E-proc), foi clara em afirmar que, aos Editais do INCRA com o objetivo de re-ocupação de lotes abandonados, poucos ou ninguém a estes acorrem. Em razão disso, não há porque retirar do lote um agricultor que vem cumprindo com o objetivo buscado pela reforma agrária para, após, iniciar busca por outro que, incertamente, poderá ou não atingir os objetivos que o espírito da lei agrária almeja, ou até mesmo, em caso de inexistência de interessados, ficar desocupado, sem qualquer produtividade.

Desse modo, considerando a situação dos autos, o deferimento da reintegração de posse ao INCRA acarretaria prejuízos aos atuais ocupantes do imóvel, que o adquiriram de boa fé e têm mantido a sua exploração nos termos almejados pelo projeto de assentamento, cumprindo, desta forma, a função social exigida pela Carta Magna. Em situações similares, a Corte Local prestigiou o entendimento ora esposado, nos moldes das ementas que colaciono:

Verifica-se que a Corte regional indeferiu o pleito da autarquia recorrente após constatar, com base nas provas dos autos, que o Incra "*não apresentou prova da existência de relação de interessados em ocupar o lote requisitado.*" (fl. 532) e que os atuais ocupantes do imóvel rural "*vem cumprindo com o objetivo buscado pela reforma agrária*" (fl. 532). Assim, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ASSENTAMENTO DECORRENTE DE REFORMA AGRÁRIA. TRANSFERÊNCIA DE IMÓVEL. VEDAÇÃO DE ALIENAÇÃO. RECUSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO ANTE A IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS, A AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO E A VEICULAÇÃO DE ALEGAÇÕES GENÉRICAS NO TOCANTE AO PLEITO DE NULIDADE DO ACÓRDÃO POR VIOLAÇÃO DO ART. 535, II DO CPC/1973. IRRESIGNAÇÃO QUE NÃO TRAZ ELEMENTOS SUFICIENTES À REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA. DECISÃO PROFERIDA CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DESTES TRIBUNAL SUPERIOR. AGRAVO INTERNO DO INCRA A QUE SE NEGA

PROVIMENTO.

1. A jurisprudência deste STJ possui firme entendimento de que para o reconhecimento da nulidade do acórdão local por violação ao art.

535 do CPC/1973 não basta que a Corte local entenda ausente a alegada omissão, mas também que o recorrente demonstre outros requisitos, tais como, a identificação de seu prejuízo jurídico, bem como a plausibilidade de sucesso caso haja a apreciação pelo prisma requerido. Precedente: AgRg no AREsp. 237.587/SP, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJe 6.12.2012.

2. De igual forma, a caracterização do prequestionamento demanda que a matéria tenha sido objeto, além da alegação da parte, também de discussão e decisão pela Corte local, o que não ocorreu no presente caso. Nesse sentido: AgRg no AREsp. 619.323/ES, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe 6.3.2015, dentre outros.

3. Finalmente, as conclusões encontradas pela Corte de origem tiradas à vista dos elementos fático-probatórios são insuscetíveis de revisão, em sede de Recurso Especial. Precedentes: AgInt no REsp.

1.417.222/ES, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 23.5.2017 e REsp. 1.653.644/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 11.5.2017, dentre outros.

4. Agravo Interno do INCRA a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1426675/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 03/08/2017)

ANTE O EXPOSTO, conheço, em parte, do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator